



O conflito entre a cidade habitada e a cidade patrimonializada: o caso de Ouro Preto

*El conflicto entre la ciudad habitada y la ciudad patrimonio: el caso
de Ouro Preto*

E6-06 - El patrimonio cultural urbano: construcciones desde la historiografía

Júlia Maria Rodrigues Lana

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

juliamariarodrigueslana@gmail.com

Thamires Alvina Sales Gonçalves

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

thamiresalvina@gmail.com

Luana Camille Evangelista da Silva

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

arquanaevangelista@gmail.com

Resumo: De maneira contraditória, o espaço urbano modernizado abriga o desenvolvimento econômico e a segregação sócio-espacial. Em Ouro Preto, a especulação imobiliária privilegia espaços caracterizados por uma arquitetura monumental, enquanto as periferias — neste caso, as encostas das serras —, ocupadas por populações negras ou empobrecidas, permanecem à margem da infraestrutura e do reconhecimento patrimonial. Essa segregação reflete a colonialidade do poder, perpetuando uma história que desconsidera narrativas de comunidades postas como subalternas até o presente. A memória espacial de Ouro Preto ainda está atrelada à primazia eurocêntrica, e sua arquitetura monumental sustenta um imaginário que sobrepuja outras formas de produção cultural. Segundo Mignolo (2010), essa estrutura colonial persiste não apenas na economia, mas também no controle do conhecimento, rebaixando saberes provenientes de diversas cosmologias à condição de endêmicos e irrelevantes. Assim, o patrimônio é instrumentalizado por agentes externos, reduzindo-se a uma mercadoria que ignora sua função social e seus significados para as comunidades locais. A disputa pelo direito à memória se dá na representação e no poder sobre o espaço. A exclusão das periferias se manifesta na escassez de estudos sobre bairros historicamente distanciados dos núcleos

centrais de Ouro Preto — onde há uma maior expressividade do patrimônio tombado — e na falta de integração desses territórios ao tecido urbano. No entanto, a preservação patrimonial não deve ser antagonista à construção de uma cidade justa e inclusiva. Desse modo, propõe-se, neste trabalho, refletir sobre o território patrimonializado, reconhecendo Ouro Preto não como um cenário ou pano de fundo, mas como um espaço dinâmico, de vivências e pertencimento.

Palavras-chave: Ouro Preto; Patrimônio Urbano; Paisagem; Direito à Cidade.

Resumen: *De manera contradictoria, el espacio urbano modernizado alberga tanto el desarrollo económico como la segregación socioespacial. En Ouro Preto, la especulación inmobiliaria privilegia espacios caracterizados por una arquitectura monumental, mientras que las periferias —en este caso, las laderas de las sierras—, ocupadas por poblaciones negras o empobrecidas, permanecen al margen de la infraestructura y del reconocimiento patrimonial. Esta segregación refleja la colonialidad del poder, perpetuando una historia que desconsidera las narrativas de comunidades situadas como subalternas hasta el presente. La memoria espacial de Ouro Preto aún está vinculada a la primacía eurocéntrica, y su arquitectura monumental sostiene un imaginario que se impone sobre otras formas de producción cultural. Según Mignolo (2010), esta estructura colonial persiste no solo en la economía, sino también en el control del conocimiento, relegando los saberes provenientes de diversas cosmologías a la condición de endémicos e irrelevantes. Así, el patrimonio es instrumentalizado por agentes externos, reduciéndose a una mercancía que ignora su función social y sus significados para las comunidades locales. La disputa por el derecho a la memoria se da en la representación y en el poder sobre el espacio. La exclusión de las periferias se manifiesta en la escasez de estudios sobre barrios históricamente distanciados de los núcleos centrales de Ouro Preto —donde existe una mayor expresividad del patrimonio protegido— y en la falta de integración de estos territorios al tejido urbano. No obstante, la preservación patrimonial no debe ser antagonista a la construcción de una ciudad justa e inclusiva. De este modo, se propone, en este trabajo, reflexionar sobre el territorio patrimonializado, reconociendo a Ouro Preto no como un escenario o telón de fondo, sino como un espacio dinámico, de vivencias y pertenencia.*

Palabras-clave: Ouro Preto, Patrimonio Urbano, Paisaje, Derecho a la Ciudad.

Introdução

O presente estudo surge como um desdobramento do trabalho final de graduação “Por uma leitura decolonial das memórias e dos espaços urbanos das margens de Ouro Preto”, de autoria de Júlia Lana (2025), em desenvolvimento no âmbito das atividades do “Mutirão - grupo de pesquisa e extensão sócio-espacial”, (situado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto), do qual as autoras fazem parte.

Nesse percurso, a participação em iniciativas extensionistas — como as oficinas para a construção do “Plano Popular da Ocupação Chico Rei” (2023) e a exposição-denúncia “Morar em Ouro Preto: resgatando memórias sócio-espaciais para imaginar futuros (im)possíveis” (2024) — reforçaram a inserção das autoras nos debates sobre direito à cidade e à memória urbana em Ouro Preto. Essas experiências moveram uma série de investigações sobre os discursos em disputa acerca dos territórios populares da cidade — sejam estes realizados por agentes representantes do capital, do poder público ou das próprias comunidades. Assim, as perguntas e os objetivos que orientam este trabalho têm origem tanto nas leituras de revisão bibliográfica e de debates científicos quanto na atuação direta junto a moradores e a movimentos de luta por moradia, visando uma atuação profissional inclusiva, participativa e dissidente de práticas de segregação sócio-espacial, que ainda perseveram no campo do planejamento urbano local.

Metodologia

A metodologia adotada estruturou-se em três frentes principais, sendo elas: (a) revisão bibliográfica a partir de autores referenciais no âmbito do planejamento urbano no Brasil, como Maricato (2001) e Rolnik (2019), bem como leituras da produção dedicada à expansão urbana e aos aspectos socioculturais da cidade de Ouro Preto, com destaque para as contribuições de Meniconi (1999), Teixeira (2015) e Costa (2011); (b) levantamento documental no Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP) concernentes ao Plano de Renovação e Valorização de Ouro Preto (Plano de Viana de Lima, 1970), ao Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana (Plano da Fundação João Pinheiro, 1975) e aos livros de Provisão e Aforamento da cidade — marcos que proporcionam a compreensão dos processos de expansão urbana e dos aspectos socioeconômicos da cidade; (c) mapeamento síntese dos bairros populares da sede do município em relação ao perímetro urbano tombado desta.

Ouro Preto: sob a redoma da história oficializada

Entre as expedições bandeirantes direcionadas ao serro do Tripuí, a formação de arraiais próximos às escarpas ricas em ouro e a posterior elevação desses núcleos à condição de Vila Rica de Albuquerque, grande parte da historiografia sobre Ouro Preto ainda se fundamenta em uma bibliografia clássica e oficializada. Essa produção, ao consolidar um imaginário histórico hegemônico, voltado à exaltação de figuras ilustres da história político-administrativa local, reforça uma narrativa linear e monumentalizante da cidade, tratada quase como um sítio arqueológico, palco de acontecimentos passados e guardião de vestígios do Brasil colonial.

para além dos limites do centro histórico monumental? A resposta aponta para uma abordagem que direciona o olhar à urbanização informal e às formas de habitar desenvolvidas à margem das normas e das instituições patrimoniais..

Dessa forma, propõe-se compreender neste artigo as origens e os processos de conformação da cidade informal contemporânea em Ouro Preto. Para isso, fez-se pertinentes análises sobre documentações, registros cartográficos, mídias e demais produções técnicas relacionadas aos territórios periféricos da cidade — conceito a ser discutido adiante —, associadas à leitura de um referencial teórico que problematiza os limites da memória oficial e amplia a leitura sobre os processos históricos de formação urbana e territorial para além dos núcleos tombados.

Entre as periferias e as margens do perímetro urbano tombado

Para situar o que se entende por periferia e por margem — ou até mesmo borda, como defendido Santana (2012) — no contexto urbano de Ouro Preto, é necessário voltar a atenção aos acontecimentos que marcaram a cidade entre o final do século XIX e o século XX. Esses processos, embora iniciados há mais de um século, seguem produzindo efeitos sobre a configuração espacial e social do município até os dias atuais.

De acordo com Meniconi (1999), no final do século XIX, Ouro Preto passou por um período de intensas transformações político-sociais, agravadas pela progressiva decadência das atividades econômicas extrativistas, sobretudo a mineração do ouro. A cidade, que por mais de cem anos foi o centro político e administrativo da província — também capitania e estado — de Minas Gerais, passou a vivenciar um processo de esvaziamento econômico e institucional. A escassez de investimentos e a estagnação econômica contribuíram para a decisão de transferir a capital para a recém-planejada cidade de Belo Horizonte, em 1897. Essa mudança, impulsionada também por um ideal de progresso e pela intenção de romper definitivamente com o Império e com a herança da coroa portuguesa, teve efeitos drásticos sobre a dinâmica urbana e populacional de Ouro Preto, culminando na migração de cerca de 45% de seus habitantes (Teixeira, 2015, p. 25).

Destituída do cotidiano das atividades produtivas, comerciais e administrativas, além de quase metade de sua população “ [...] Ouro Preto teve preservadas sua integridade física e formal em função do seu afastamento do desenvolvimento que estimula renovações urbanas” (Oliveira, 2003; apud Santana, 2012, p. 33). Sob essa ótica, a redução demográfica e a perda da soberania política e econômica ocasionaram um congelamento do seu núcleo central e de seu invólucro arquitetônico colonial, haja vista que não era de interesse da nova república associar a própria imagem aos remanescentes da colônia e do império. Com isso, o espaço urbano da cidade sofreu expressivas mudanças: casarões situados no antigo núcleo administrativo foram desocupados ou abandonados, enquanto zonas mais distantes do centro tenderam a se consolidarem por populações que não acompanharam o êxodo para a nova capital, principalmente aquelas que preservaram um modo de vida rural (Oliveira, Sobreira; 2015, p. 872). Assim, as bordas da cidade começam a se tornar focos de permanência perante o declínio dos núcleos administrativos antigos.

É a partir da década de 1930 que Ouro Preto volta a ocupar um lugar de destaque no cenário federal, impulsionada pelas viagens modernistas de redescoberta do Brasil e pela busca de construção de uma identidade nacional autêntica. Nesse contexto, emergem as primeiras políticas de preservação do patrimônio cultural, em consonância com um projeto de valorização do passado colonial como símbolo da brasilidade. Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, a cidade foi pioneiramente tombada como Patrimônio Nacional na inscrição nº39 no Livro de Tombo das Belas Artes, sob as seguintes justificativas:

[...] pelo conjunto urbano — malha urbana original em grande parte preservada; pelo histórico — como cidade central na formação política e econômica brasileira desde o período colonial; pelo conjunto arquitetônico/urbanístico — com exemplares da arquitetura colonial preservados e traçado das vias públicas ainda mantidos; pelo patrimônio ambiental e pela cultura imaterial — preservando tradições religiosas e profanas seculares. (Ouro Preto, 2010)

Esse processo de patrimonialização, embora tenha retomado o reconhecimento da cidade, também inaugurou uma série de tensões que ainda hoje perduram no espaço urbano ouropretano. Antecipando uma crítica que será aprofundada ao longo deste trabalho, observa-se que, consoante abordado por Teixeira (2015, p. 1), o IPHAN atuou durante boa parte do século XX como um órgão de controle sobre os usos e sobre as formas de ocupação para além do núcleo central imediato da cidade. Tal atuação contribuiu para a formação de um conflito estrutural entre a cidade patrimonial e a cidade habitada — ou, como expressam lemas e formas de protesto, entre a “cidade da humanidade” e a “cidade da comunidade” (Figuras 01 e 02).

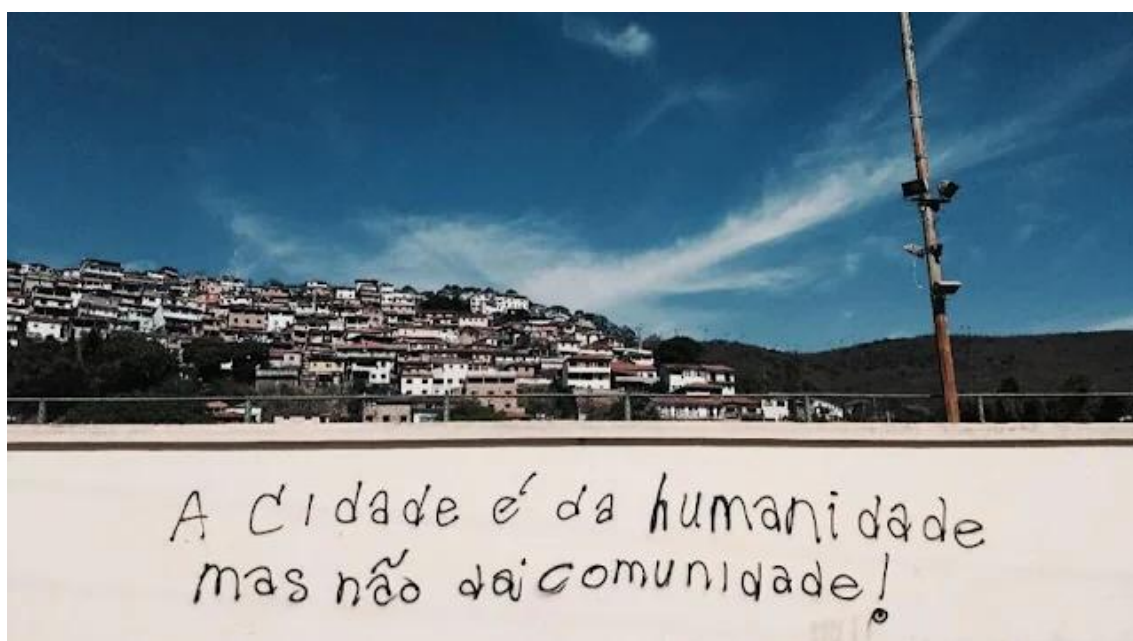


Figura 01: Pichação no muro da Escola Municipal Monsenhor João Castilho Barbosa, com destaque para o bairro Vila Aparecida ao fundo. Fonte: Eliza Hollestein, 2017.



Figura 02: Pichação no embasamento do Museu da Inconfidência, com o enunciado “patrimônio da humanidade elitista”. Fonte: Claudia Klock, 2017.

Nesse sentido, a ausência de instrumentos participativos no processo de tombamento — como inventários colaborativos, consultas públicas ou outros mecanismos de escuta sensível e dialógica — contribuiu para a cristalização de uma imagem da cidade que pouco conversa com a experiência cotidiana de quem a vivencia — trabalhando, morando, nela produzindo e a produzindo. O patrimônio-monumento, nesse contexto, passa a ser compreendido mais como objeto de contemplação e conservação do que como expressão viva das práticas sociais e culturais que o originaram e que contribuem para o seu sentido e significado na conjuntura do corpo social. Esse distanciamento entre o material tombado e a comunidade compromete não apenas o sentimento de pertencimento, como também a própria eficácia das políticas de preservação. Como destacam Ribeiro e Simão (2016, p. 184):

A desvinculação da preservação do patrimônio cultural das outras questões urbanas somente demonstrou, no desenrolar da experiência brasileira, quase centenária, que as consequências são bastante danosas no que diz respeito à produção do espaço com justiça social. Prejudiciais às cidades, na medida em que propiciam um descolamento destes tecidos antigos no cotidiano urbano, motivando o abandono, a substituição destes lugares ou a substituição de seus moradores; estas ações em nada colaboram para a melhoria da qualidade urbana, nem social nem ambientalmente.

Desse modo, o modelo de preservação ainda hegemônico, quando dissociado das práticas de produção comunitárias da cidade, tende a reproduzir desigualdades históricas, restringindo o acesso ao espaço urbano e intensificando os processos de deslocamento à contramão pelas camadas populares. Em outras palavras, ao priorizar a conservação de uma imagem idealizada do passado, esse modelo frequentemente ignora as dinâmicas sociais vivas que moldam o presente da cidade, especialmente das periferias, contribuindo para a marginalização de formas legítimas e diversas de habitar Ouro Preto.

A incorporação dessa nova atividade econômica gerou mudanças significativas no espaço da cidade, que passou a receber um elevado contingente populacional, essencialmente de mão de obra de baixa renda. Com o Núcleo Urbano praticamente ocupado, foi a vez das áreas adjacentes serem ocupadas.



Figura 04: Tendência de adensamento no Morro do Cruzeiro e no Caminho da Fábrica. Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2025.

Entre as décadas de 1950 e 1960, esse processo de ocupação, impulsionado pela industrialização, deu origem aos bairros que hoje são conhecidos por Vila Itacolomi, Bauxita, Saramenha, Vila dos Engenheiros — situados sobre o Morro do Cruzeiro — e Vitorino Dias — localizado no Caminho da Fábrica —, conforme pontuado por Oliveira e Sobreira (2014, p. 870). Esses bairros surgiram como solução de moradia para o conjunto dos trabalhadores da Alcan e da antiga Fábrica de Tecido¹, sendo assentados em locais que receberam os primeiros esforços de formalização e de consolidação — isto é, de um certo ordenamento e de expansão da mesoestrutura urbana.

A transferência da Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ETFOP, atual IFMG) para o Morro do Cruzeiro, em 1964, seguida da criação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 1969, também desempenhou um papel fundamental no processo de expansão urbana e de adensamento populacional da cidade. A implantação dessas instituições atraiu um número crescente de estudantes, professores e servidores técnicos, que também afetariam e seriam afetados pelas dinâmicas habitacionais locais, pressionando ainda mais a oferta de moradia. Com o tempo, o perfil socioeconômico dos habitantes dos bairros mais recentes começou a ser caracterizado por essa população acadêmica (Costa, 2011, p. 339), e a expansão da cidade foi em direção a outras margens (Figura 05), agora também nas escarpas mais íngremes das serras, onde se localizavam apenas ocupações pontuais.

¹ Fábrica criada em 1887, situada próxima ao bairro Padre Faria. Funcionou, durante os primeiros anos após a sua instalação, como fábrica de tecidos, mas logo sediou a Companhia Industrial Oupretana de Força, Luz e Telefones, até a desativação total da estrutura, em 1892. No século seguinte, a fábrica passou por uma série de mudanças administrativas e funcionais, quando então se tornou a Fábrica de Fiação e Tecidos Itacolomy, atraindo operários das zonas rurais do município e de outras localidades próximas (Coelho, 2019).

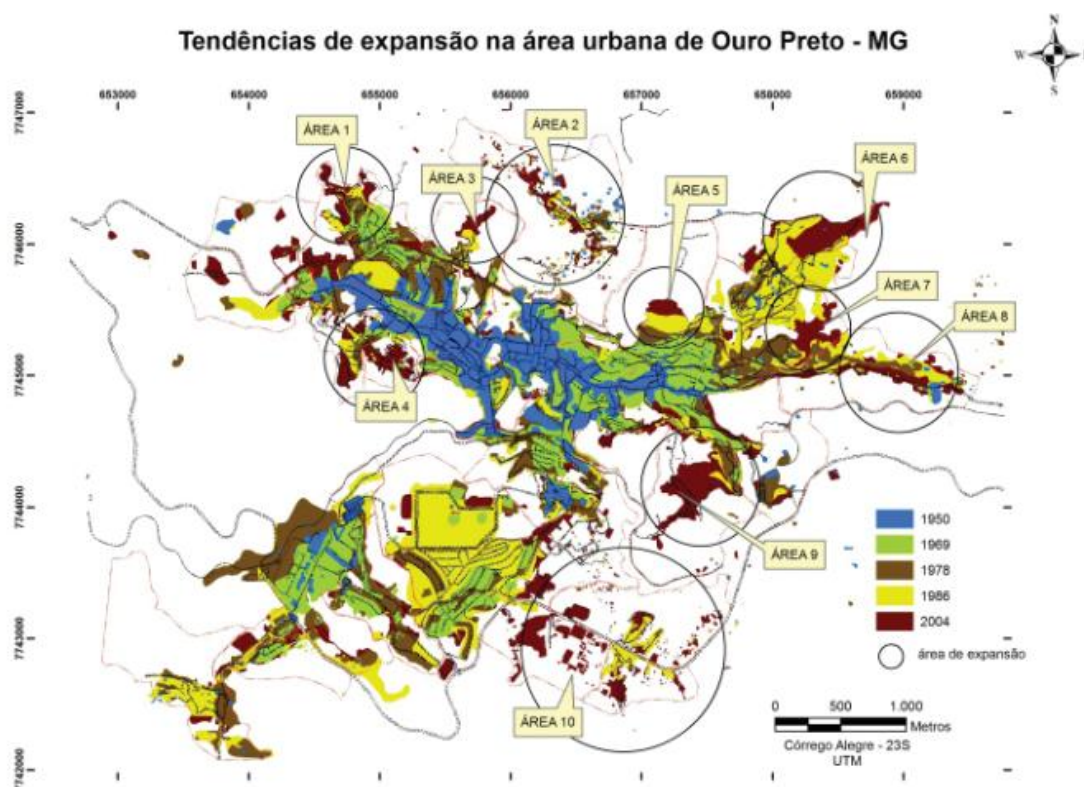


Figura 05: Tendências de expansão urbana de Ouro Preto após 1950. Fonte: Oliveira, 2010, apud Oliveira; Sobreira, 2015, p. 874.

Se no primeiro Censo Geral da República, realizado em 1890, Ouro Preto contabilizava 17.860 habitantes² (LOTT, 2009, p. 247), em 1970 esse número havia crescido significativamente: a população urbana chegava a 31.999 pessoas, representando um aumento de 79%. Nesse mesmo ano, a população total do município era de 46.165 habitantes (OLIVEIRA, 2010, p. 61), o que indica que cerca de 69% já vivia em áreas urbanas. Esse dado revela uma inflexão no modo de produção do espaço urbano — ou, como tratado por Lefebvre (2004), “implosão/explosão” —, consolidando a transição de uma cidade majoritariamente rural para uma configuração urbana mais expressiva. Tal transformação também refletia o processo de absorção da população rural, que, diante das limitações econômicas no campo, buscava na cidade melhores condições de vida e novas oportunidades de trabalho — especialmente no contexto da industrialização e da expansão de serviços públicos e educacionais.

De acordo com Costa (2011), o acelerado crescimento populacional, econômico e industrial de Ouro Preto atuou como força propulsora de processos de desregulamentação e de desordenação do tecido urbano, em um contexto em que já se evidenciava a carência de políticas públicas de planejamento capazes de acompanhar o “reavivamento” da cidade e suas novas funções — agora também industriais, educacionais e administrativas. Porém, um planejamento urbano sistemático, que promovesse de fato melhorias estruturais e sociais, ainda não se constituía como prática efetiva no Brasil. Conforme aponta Teixeira (2015, p. 23), “o Estado dele se utilizou para atender seus objetivos de instrumentalização do território” somente a partir de meados da década de 1960. Até então, tanto em Ouro Preto quanto em outras cidades históricas brasileiras, as eventuais intervenções urbanísticas estavam condicionadas às diretrizes da política nacional de preservação

² Contabilizando apenas habitantes da região do distrito sede, perímetro que, à época, abarcava as freguesias de Antônio Dias e do Pilar.

do patrimônio, bem como às cartas de preservação patrimonial municipais, que buscavam coibir os impactos de uma urbanização contemporânea sobre os monumentos e conjuntos históricos tombados. Cataliza-se, então:

[...] o processo de crescimento desordenado na cidade, com a classe trabalhadora da indústria ou de outras atividades menos rentáveis empurrada para os morros de Ouro Preto – o que, no limite e na lógica capitalista da especulação da terra urbana, se explica como uma das contradições necessárias à própria especulação imobiliária, à qual a dinâmica propiciada, sobretudo, pela UFOP, vem respondendo a contento. (Costa, 2011, p. 339)

Diante desse conjunto de fatores, foi se consolidando, gradativamente, o que hoje se compreende como as periferias de Ouro Preto. Bairros como Vila Aparecida, São Cristóvão, Piedade, Morro Santana, Morro São Sebastião e Morro da Queimada (também conhecido como Morro São João) passaram a abrigar um contingente expressivo de trabalhadores que não dispunham de condições financeiras para acessar o mercado formal de habitação — especialmente nas áreas mais centrais ou dotadas de melhor infraestrutura urbana. Assim, as franjas do tecido urbano — que, neste caso, seriam as áreas não parceladas e os terrenos acidentados das encostas — foram adensadas de maneira acelerada e desordenada, sem que houvesse, por parte da municipalidade, uma atuação eficaz de planejamento e de regulação territorial. Esse processo não foi exclusivo de Ouro Preto, e nem se restringiu ao panorama brasileiro, mas acompanhou um padrão estrutural do modelo de urbanização latino-americano na segunda metade do século XX. Segundo Fernandes (2006, p. 28-29):

[...] de modo geral, o padrão de urbanização na região tem historicamente combinado processos de exclusão social e segregação espacial. Um número cada vez maior de latino-americanos — estimado de maneira conservadora em pelo menos um em cada quatro cidadãos — somente tem tido acesso à terra urbana e à moradia nas cidades através de processos informais, o que tem gerado uma proliferação de assentos informais nas áreas urbanas.

Como descreve Maricato (2001, p. 41), a própria lógica da industrialização impôs limites ao acesso à moradia digna para os trabalhadores urbanos:

A industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído. Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pelas necessidades de de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo.

Nesse panorama, o “ambiente a ser construído”, mencionado por Maricato (2001), corresponde exatamente àquele que não era almejado pelo mercado imobiliário formal, pelas indústrias, por lobbies comerciais e por outros agentes econômicos associados à lógica do capital. A ausência de interesse por essas áreas decorre de uma série de fatores já destacados: (a) tratam-se de territórios periféricos, distantes dos principais polos produtivos da cidade, e, portanto, desconectados da lógica de valorização mercantil do solo urbano; (b) são espaços desprovidos de infraestrutura urbana pré-existente, o que encarece ou inviabiliza sua inserção nas dinâmicas de mercado; (c) localizam-se sobre terrenos de topografia acidentada, sujeitos a instabilidades geotécnicas e à fragilidade ambiental. Em suma, como afirma Maricato em outra situação (2003, p. 79), “a exclusão é um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural”, e é nesse conjunto de

ausências que a população de baixa renda é forçada a habitar, frequentemente, às margens da legalidade — ou seja, em áreas de adensamento restrito ou proibido, em áreas de preservação permanente, em encostas de serras ou em zonas de risco.

Não obstante, quando essas ocupações urbanas se consolidam em contraposição às normas urbanísticas e passam a ser rotuladas como “ilegais” — justamente pela inacessibilidade a assessorias técnicas e a outros aparatos que auxiliem a compreensão das leis sobre a produção do espaço —, o poder público frequentemente se omite diante das causas estruturais que as motivaram. Portanto, mostra-se moroso tanto para reconhecer as condições sociais que impeliram a população a ocupar tais territórios, quanto para atuar de forma preventiva na gestão e na garantia de qualidade desses assentamentos³. Assim, a ausência de políticas públicas operantes favorece a improvisação e o surgimento de soluções espaciais autônomas, muitas vezes informais, que tentam suprir a carência de serviços e de infraestrutura nessas franjas urbanas. No entanto, paradoxalmente, é esse mesmo poder público — ineficiente na origem — que posteriormente criminaliza essas ocupações, sem oferecer alternativas viáveis de moradia.

Em Ouro Preto, alguns episódios de tentativa de expropriação de territórios ocupados por comunidades populares — sejam eles bem sucedidos ou não — se tornaram emblemáticos das disputas sócio-espaciais na cidade. Um exemplo expressivo é o caso da Ocupação Chico Rei, que, em 2019, foi removida das terras públicas (Figura 06) — e até então ociosas, sem o cumprimento de função social — da antiga FEBEM, sob a justificativa infundada apresentada pela Prefeitura, em ação civil, de que os ocupantes estariam promovendo o desmatamento da área (Moraes, 2025, p. 17).



Figura 06: Remoção das famílias da Ocupação Chico Rei após reintegração de posse da área da FEBEM. Fonte: Facebook da Ocupação Chico Rei, 2019.

Outro episódio, que ainda envolve disputas em curso, refere-se à Vila Aparecida, cujo espaço ocupado passou a ser alvo de processos de remoção a partir do Parecer Técnico nº 228/2013 - 4ª CCR, movido pelo Ministério Público Federal (MPF). Elaborado no âmbito de inquérito civil instaurado para apurar supostos impactos da ocupação sobre o conjunto urbano tombado, o documento mobiliza argumentos técnicos, jurídicos e paisagísticos que, ao mesmo tempo em que

³ Considerando parâmetros relacionados à boa habitabilidade e às boas condições urbanas nas vizinhanças.

se apresentam como neutros e protetivos do patrimônio, reproduzem leituras hierarquizantes do espaço urbano e das formas populares de produção da cidade. O parecer também estabelece uma oposição simbólica entre o centro histórico — entendido como espaço legítimo, ordenado e portador de valor universal — e a Vila Aparecida, caracterizada como área irregular, que provoca interferências negativas na paisagem cultural protegida pela “descaracterização da moldura vegetal do sítio tombado” (Parecer Técnico nº 228/2013 – 4ª CCR, p. 1).

Essa dicotomia não se constrói apenas no plano descritivo, mas estrutura todo o raciocínio técnico do documento, que passa a tratar a ocupação como um elemento externo e dissonante em relação à lógica urbana considerada aceitável. Ao fazê-lo, o inquérito desconsidera os processos históricos e sociais que levaram à consolidação do bairro — como o caso do aforamento de terras do bairro ocorrido entre as décadas de 60 e 70 (Figura 07) —, bem como as condições estruturais de acesso à moradia em Ouro Preto, deslocando o foco do debate para uma leitura estritamente visual e normativa da paisagem. Nesse sentido, essas concepções de paisagem — fortemente vinculada à estética monumental e à visibilidade do patrimônio tombado — acabam por reforçar uma lógica de patrimonialização seletiva, na qual determinados territórios e modos de vida são reconhecidos como dignos de proteção, enquanto outros são enquadrados como ameaças a serem contidas ou corrigidas.

189

de 1969. Sr. Genival Alves Ramalho - Prefeito Municipal - Romulo S. Baravelli - Secretário
 Talão 21/4 Paguei nos 30.00 em 18-6-69

Provisão

O sr. Genival Alves Ramalho, Prefeito Municipal de Ouro Preto, na forma da lei e etc. Atendendo ao que lhe requereu o sr. Sebastião Circunscrito da Silva e tendo em vista as informações prestadas a respeito, resolveu, conceder ao requerente o aforamento de um lote de terreno, situado no lugar denominado: Vila Chessa, Serrinha Aparecida no 12 Sub-distrito de Ouro Preto nesta com a área de 150 m² ou seja 10 m de frente, por 15 m de fundo, tendo as seguintes divisões: frente com um caminho ali existente, fundos com outro caminho ali existente, direita com terrenos devolutos, esquerda com terrenos devolutos fica desde já na posse do mencionado terreno e de todos os direitos que a lei lhe confere, reservando os direitos de terceira, na obrigação de pagar os juros que lhe forem cobrados, e suspender o disposto nos artigos 13, 14, 15 e seus parágrafos do Estatuto Municipal, na obrigação de pagar 1/10 de ad-valorem no caso de alienação, não podendo transferir o mencionado terreno, sem licença desta Prefeitura. Para seu título e garantia, mandei datilografar a presente provisão, que vai abaixo assinada, pelo secretário da Prefeitura, e devidamente registrada pelo Sr. Prefeito Municipal. Dada e passada nesta secretaria em 4-6-1969.

Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 4 de Junho de 1969. Secretário Romulo S. Baravelli. Prefeito Municipal: Sr. Genival Alves Ramalho.

Obs: O aludido terreno foi permutado, não deve ser cobrado nenhum aforamento.

Ouro Preto, 23/6/69.

Prefeito Municipal: Sr. Genival Alves Ramalho.

Figura 07: Carta de aforamento de um terreno situado na Vila Aparecida. Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto, 1969.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que os processos de patrimonialização em Ouro Preto, historicamente orientados por uma lógica monumental, eurocêntrica e centralizadora, operaram — e ainda operam — como dispositivos ativos de produção de desigualdades sócio-espaciais. Ao privilegiar a conservação de uma imagem idealizada do centro histórico em detrimento das dinâmicas urbanas vivas e das formas populares de habitar a cidade, as políticas de preservação contribuíram para a marginalização sistemática das periferias e para a naturalização de sua exclusão dos debates sobre memória, paisagem e planejamento urbano.

A reconstrução histórica da expansão urbana de Ouro Preto demonstra que as periferias não constituem desvios ou anomalias do tecido urbano, mas sim resultados diretos de processos estruturais associados à industrialização, à precarização do trabalho, à ausência de políticas

habitacionais e à lógica especulativa da terra urbana. Nesse sentido, bairros como Vila a Aparecida materializam formas legítimas de produção da cidade, ainda que frequentemente enquadradas como ilegais, irregulares ou incompatíveis com o discurso patrimonial hegemônico. A informalidade, longe de ser uma escolha, emerge como estratégia de sobrevivência frente à negação histórica do direito à moradia digna.

Diante desse cenário, torna-se fundamental repensar o conceito de patrimônio urbano de modo que este reconheça a pluralidade de memórias, saberes e práticas que constituem a cidade e as suas comunidades. Isso implica deslocar o foco da preservação do objeto monumental isolado para os processos sociais que produzem e (res)significam o espaço urbano, incorporando as periferias como outros territórios de memória, pertencimento e produção cultural na cidade. A preservação patrimonial, portanto, não deve ser antagonista ao direito à cidade, mas articulada a ele, de modo a contribuir para a construção de um espaço urbano mais justo, inclusivo e democrático.

Por fim, este trabalho não pretende encerrar o debate, mas abrir caminhos para novas leituras e investigações sobre as margens de Ouro Preto, ainda pouco exploradas pela historiografia e pelo planejamento urbano institucional. Ao tensionar os limites da memória oficial e evidenciar as disputas inscritas no espaço, busca-se contribuir para uma prática profissional e acadêmica comprometida com a escuta, com a participação social e com a valorização das múltiplas formas de existir e habitar a cidade histórica.

Referências

BAZIN, Germain. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Rio de Janeiro, Record, 1956.

BRASILEIRO, Vanessa Borges; DANGELO, André Guilherme Dornelles. Ouro Preto, Vila (Des)Aparecida: A difícil relação entre o centro histórico e suas áreas de entorno. **Oculum Ensaios**, vol. 14, nº 2, Maio-Agosto, 2017, p. 257-273. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Parecer nº 228, de 13 de novembro de 2013**.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. São Paulo, Nobel, 1991.

CALIL, Maria Ribeiro. **Expansão urbana em Ouro Preto – MG: o risco de ocupar encostas mineradas**. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

COELHO, Nizea. **Antigo espaço da Fábrica de Tecidos será transformado em Centro Municipal de Eventos**. Disponível em: <<https://ouropreto.mg.gov.br/noticia/1223>>. Acesso em: 14 jul. 2025.

COSTA, Everaldo Batista da. **Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo: as cidades coloniais barrocas face à Patrimonialização Global**. Tese de doutorado (Geografia Humana) FFLCH/USP, 2011. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14032011-104656/publico/2011_EveraldoBatistadaCostan.pdf

FERNANDES, E. Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas. In: **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**, ano I, n. 6, v. 1 (ago/set. 2005). Porto Alegre: Editora Magister, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.



LOTT, Mirian Moura. **Sob o Badalar dos Sinos, o Ar da Modernidade - Ouro Preto:** População, Família e Sociedade 1838-1897. Tese (doutorado em História), UFMG, Belo Horizonte, 2009.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana.** Editora Vozes. Petrópolis, 2001.

MARICATO, Erminia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: Leonardo Basci Castriota (org.). **Urbanização Brasileira – Redescobertas.** Belo Horizonte: Ed. C/Arte, p. 78-96, 2003.

MENICONI, Rodrigo Otávio Marco. **A construção de uma cidade-monumento:** O caso de Ouro Preto. Mestrado em arquitetura e urbanismo- Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 156. 1999

MORAES, Clarice Fernandes. **Instrumentos para ampliação do repertório sócio-espacial:** o caso da Ocupação Chico Rei II em Ouro Preto, Minas Gerais. 2025. 139 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2025.

MUTIRÃO. **Produção sócio-espacial de moradias populares em Ouro Preto: possibilidades e limites.** Relatório. Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2025.

OLIVEIRA, Leandro Duque. **Ocupação urbana de Ouro Preto de 1950 a 2004 e atuais tendências** [manuscrito]. 137f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Departamento de Geologia. Área de concentração: Geologia Ambiental, 2010.

OLIVEIRA, L. D.; SOBREIRA, F.G. Crescimento urbano de Ouro Preto - MG entre 1950 e 2004 e atuais tendências. **Revista Brasileira de Cartografia**, Nº 67/4, p. 867-876. Rio de Janeiro, 2015.

OURO PRETO. **Dossiê de tombamento do núcleo histórico de ouro preto – mg / complementação.** Ouro Preto, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. **Livro de Provisões e Aforamentos. Acervo do APMOP, v. 8, nº de registro 1442-A, 1969.**

RIBEIRO, Cláudio Rezende; SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Memória e direito à cidade: políticas urbanas contemporâneas de Ouro Preto. **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2016. DOI: 10.51924/revthesis.2016.v2.27. Disponível em: <https://thesis.anparq.org.br/revista-thesis/article/view/27>. Acesso em: 10 mai. 2025.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTANA, M. M. **As bordas da cidade colonial:** um estudo da paisagem tombada de Ouro Preto-MG. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa/UFV, 2012.

TEIXEIRA, R.S. **Uma conjuntura de aparências:** a não construção de um sistema municipal de planejamento urbano em Ouro Preto. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). NPGAU/UFMG, 2015.

VASCONCELLOS, S. **Vila Rica:** formação e desenvolvimento - residências. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.